

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

DEPUTADA ROSANA VALLE

**Priorização na vacinação  
da Covid-19 para pessoas  
com deficiência**



**COMISSÃO DOS DIREITOS DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**



# Proposta de ajustes no Plano Nacional de Imunização para pessoas com deficiência

**1**

O Plano Nacional de Imunização dá preferência às pessoas com deficiência que recebem o BPC e no ato da vacinação é exigido o comprovante do cadastro.

Pessoas que não recebem o benefício são impedidas de tomar vacina.

**2**

Este critério de renda acaba sendo injusto com os que não recebem o benefício e ficam impedidos de serem vacinados na rede pública.

**3**

Fui procurada por muitas pessoas com gravíssimas deficiências que não conseguiram ser vacinadas.



Foi dada aos estados e municípios a prerrogativa de alterar este critério de renda.

---

- **Salvador** - Já não exige mais comprovante.
- **S.P e outros estados** - Continuam solicitando o cadastro do BPC.
- **Goiás** - É exigida a comprovação do auxílio e só estão sendo vacinados deficientes com mais de 55 anos.

Há muitos casos de comorbidades que não estão incluídos na lista que o Ministério da Saúde determina.



**Fui procurada por uma mãe, temendo pelo seu filho com necessidades especiais.**

**O jovem não fala, é hiperativo, convulsiona, usa fraldas, e cadeira de rodas e esta mãe não está conseguindo vaciná-lo.**



## DEPOIMENTO

"Ele não fala, e não consegue externar suas dores .

Não saberemos se estiver algum sintoma de COVID .

Quando descobriremos, já estará estado avançado .

Sua saúde é muito fragilizada .

Não consigo vacinar porque não possui o benefício do BPC."

**Mãe de Felipe Márques Calheiros**  
**31 anos com síndrome de Angelman**







**Solicito sensibilidade às autoridades para a solução deste problema e a criação de um cadastro nacional para definir os graus de deficiência.**

**“Compreendo que o Ministério da Saúde precisou definir, de algum modo, as prioridades.**

**Mas precisamos nos debruçar sobre este tema, sob pena de cometermos injustiças, levando pessoas à morte por não receberem determinado benefício, baseado apenas no critério econômico”**